

HABEAS CORPUS Nº 510.107 - SP (2019/0137201-1)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : LILIAN AREDE LINO
ADVOGADO : LILIAN AREDE LINO - SP355601
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANTONIO ROMERO DIAS ROXO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXTORSÃO. NULIDADE DA AÇÃO PENAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE DETERMINOU A INTERCEPTAÇÃO E AS PRORROGAÇÕES. MATÉRIA ANALISADA NO ARES 1269461/SP. ILEGALIDADE DA AÇÃO CONTROLADA. MEDIDA DETERMINADA COM BASE EM LEGISLAÇÃO REVOGADA. LIMITES RESPEITADOS. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. REVISÃO DA CONDENAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. *HABEAS CORPUS* DENEGADO.

1. Considerando que as decisões relativas às interceptações telefônicas já foram analisadas no ARES 1.269.461/SP, ao qual foi negado provimento em 11/6/2019, a reiteração no ponto não é conhecida.
2. Ainda que a ação controlada tenha sido autorizada com base na Lei 9.034/95, revogada pela 12.850/2013, não se verifica ilegalidade no acompanhamento policial, realizado em cooperação com o Ministério Público, órgão que requisitou a medida, acompanhou e indicou a participação dos agentes policiais.
3. A via do *habeas corpus* não é adequada para incursão em toda dinâmica fática do delito, a fim de delimitar a ação de cada indivíduo envolvido e realizar a revisão do juízo condenatório.
4. *Habeas corpus* é parcialmente conhecido e, nesse limite, denegado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do *habeas corpus* e, nesta extensão, denegar a ordem, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Dr(a). LILIAN AREDE LINO, pela parte PACIENTE: ANTONIO ROMERO DIAS ROXO

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator